

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

DEZEMBRO

2010



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 26/11/2010 – EXPEDIÇÃO: 28/11/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 770/755 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 48

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Criança e adolescente – Depoimento videogravado – Implantação769
- **TRF 3ª R.:** Recesso forense – Horário do Plantão Judiciário769
- **TRF 4ª R.:** Recesso forense – Horário de funcionamento768
- **TSE:** Recesso forense – Horário de funcionamento.....768
- **TST:** Súmula 6 – Alteração767
- **TST:** Súmula 337 – Alteração767
- **TST:** Súmula 393 – Alteração766
- **TST:** SBDI-1 – Orientação Jurisprudencial 293 – Cancelamento766
- **TST:** SBDI-1 – Orientação Jurisprudencial 62 – Republicação765
- **TST:** SBDI-1 – Orientação Jurisprudencial 373 – Alteração.....765

DOCTRINAS

- Consentimento de incapaz na venda de imóvel de ascendente a descendente – **Daniel Barbosa Lima Faria-Corrêa de Souza**.....765
- Doenças e acidentes de trabalho, causas e efeitos – **Fernanda Cenci**763
- Legalização da maconha e populismo penal – **Luiz Flávio Gomes**762

ESTUDO DE CASOS

- Morte de detento em estabelecimento prisional – Responsabilidade civil do Estado.....761
- PIS e Cofins – Locação de bens móveis – Incidência758

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**756
- Acesso ao Fisco: OAB ganha liminar contra MP do sigilo fiscal
- Alimentos: possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica
- “Ditadura do banditismo”: OAB-RJ apoia ações de segurança
- Enem: aluno que vazou texto está desclassificado
- Expurgos inflacionários: TST julga prescrição de diferenças de FGTS
- Psiquiatria: medida de segurança não pode ser superior a 30 anos
- Testamento: STJ decide que vontade do testador deve ser cumprida
- Projetos de lei**.....755
- Divórcio em consulado
- Fornecimento obrigatório de remédio de alto custo
- Pena aumentada para ofensa a culto religioso
- Preferência para produto nacional em licitação
- Proibição da propaganda de remédios e terapias
- Concursos Públicos**.....755

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 26/11/2010 – EXPEDIÇÃO: 28/11/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 768/753 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 48

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Competência

♦ Não configurada a relação de consumo, não se pode invalidar a cláusula de eleição de foro com base no Código de Defesa do Consumidor.

Recurso

♦ Não deve o mero uso do correio eletrônico ser confundido com o mecanismo do peticionamento eletrônico, onde são exigidos diversos requisitos.

Civil e Comercial

Interdição

♦ A despeito da previsão legal do efeito *ex nunc* da sentença de interdição, a jurisprudência tem admitido que tal decreto tenha efeito *ex tunc*, podendo retroagir.

Transação

♦ Para que a transação possua validade, sela ela judicial ou extrajudicial, não se mostra imprescindível a participação dos advogados das partes.

Penal e Processo

Entorpecente

♦ Incide a causa de aumento de pena quando o tráfico se inicia no exterior e protraí-se até o território nacional, caracterizando a transnacionalidade da traficância.

Prova

♦ A competência para deferir a interceptação telefônica no curso do inquérito policial é do juiz competente para a ação principal.

Trabalho e Previdência Social

Fundo de garantia do tempo de serviço

♦ A condenação do empregador de efetuar os depósitos mensais do FGTS abrange as parcelas vincendas, enquanto perdurar o vínculo de emprego.

Sucessão trabalhista

♦ Possível a sucessão de empregadores havendo mudança na titularidade de cartório extrajudicial, desde que o contrato tenha prosseguido com o novo titular da serventia.

Constitucional e Administrativo

Funcionalismo público

♦ Não cabe a incorporação aos vencimentos do adicional de periculosidade se foram eliminadas as condições perigosas à vida e à integridade física dos servidores.

Responsabilidade civil do Estado

♦ Demonstrada a prisão indevida, por falha dos serviços administrativos judiciais, impõe-se ao Estado obrigação reparatória correspondente aos danos suportados.

Tributário

Ação de repetição de indébito

♦ A concessionária de serviço público tem legitimidade para responder ao pedido de devolução de quantias que lhe foram pagas a título de tarifa de exploração do serviço.

Compensação

♦ A lei que regula a compensação tributária é a vigente à data do encontro de contas entre os recíprocos débito e crédito da Fazenda e do contribuinte.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 03/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 05/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 786/771 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 49

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Medida cautelar fiscal – Arrolamento de bens e direitos – Procedimentos785
- Obrigação tributária – Pluralidade de sujeitos passivos – Procedimentos.....785

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Política Judiciária Nacional – Criação.....784
- **CSM-SP:** Juizado Especial de Defesa do Torcedor – Criação.....784
- **STF:** Agravo Regimental – Multa por inadmissibilidade – Alteração da Resolução 186/99783
- **STF:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Alteração da Resolução 431/2010.....783
- **STJ:** Jurisprudência dominante – Súmulas 469 e 470.....782
- **TJ-SP:** Juizados Especiais – Enunciados cíveis e criminais.....782
- **TRF-3ª R.:** Litispendência – Medidas preventivas....782
- **TRF-3ª R.:** Processo judicial eletrônico – Regulamentação do projeto de implantação.....781

DOCTRINAS

- A intolerância e os crimes contra homossexuais – **Sylvia Maria Mendonça do Amaral**.....781
- Garantias locatícias: indispensáveis ou não? – **Raul Monegaglia**780
- Justiça desportiva: presunção de veracidade – Benefício da culpa – **João Lopes**.....780

ESTUDO DE CASOS

- Crédito trabalhista – Incomunicabilidade entre cônjuges – Hipóteses778
- Pessoa falecida – Negativação do nome após comunicação – Responsabilidade775

NOTICIÁRIO

- **Destaques da semana**773
- Aposentadoria: Justiça do Trabalho reconhece tempo especial
- Avanço: reforma no CDC focará pontos importantes
- Patente: prazo é contado a partir do primeiro depósito
- Plásticos em alimentos: ANVISA aprova regulamento técnico
- Registro eletrônico de ponto: AGU impede suspensão de Portaria
- Repercussão Geral: Supremo altera dispositivos de seu Regimento
- Telefonia: Supremo declara Lei distrital inconstitucional

Projetos de lei772

- Facilidade na regularização de contratos de gaveta
- Obrigatoriedade de radares visíveis
- Política Nacional de Medicamentos
- Portador de deficiência poderá estudar em casa
- Redução do prazo para cartório registrar imóvel
- Sustação na regulamentação do registro de ponto eletrônico
- Tecido antialérgico nas etiquetas de roupa

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 29-11 a 3-12-2010.....771



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 03/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 05/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 784/769 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 49

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação civil pública

♦ Em sede de ação civil pública ajuizada pelo MP, julgada procedente, não se mostra cabível a condenação em honorários advocatícios de sucumbência em favor do autor.

Execução

♦ O acolhimento dos cálculos elaborados por Contador Judicial em valor superior ao apresentado pelo exequente não configura julgamento *ultra petita*.

CIVIL E COMERCIAL

Promessa de compra e venda

♦ Estando evidenciada a hipossuficiência técnica da parte, a estipulação do juízo arbitral constitui condição abusiva, ensejando a anulação de tal cláusula.

Sistema Financeiro da Habitação

♦ A devolução em dobro dos valores pagos pelo mutuário só é cabível se demonstrada a má-fé do agente financeiro.

PENAL E PROCESSO

Audiência de instrução

♦ A presença de réu preso em audiência de inquirição de testemunhas não é indispensável para a validade do ato, consubstanciando-se em nulidade relativa.

Receptação

♦ Se folhas de cheque em branco não podem ser objeto do crime de furto, também não podem constituir objeto do crime de receptação.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contrato de safra

♦ Provada a prestação de serviços de forma contínua, independentemente da safra, não há como reconhecer o vínculo de emprego pelo período contínuo postulado.

Férias

♦ A contagem do prazo prescricional para se deduzir em Juízo a pretensão de pagamento das férias inicia-se com o término do período concessivo.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concorrência pública

♦ Pacífico o entendimento segundo o qual é legal a regra editalícia que veda a participação de cooperativas em licitações.

Fiscalização profissional

♦ A obrigatoriedade da inscrição das empresas em determinado Conselho profissional é ditada pela atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços.

TRIBUTÁRIO

Certidão positiva de débito com efeito de negativa

♦ Não se mostra plausível a negativa do fornecimento da CPD-EM em razão de formalidade ainda não realizada, qual seja, a lavratura do termo de penhora.

Imunidade tributária

♦ A imunidade concedida aos partidos políticos não se estende ao imposto incidente sobre os serviços consumidos que não são incorporados ao seu patrimônio.



Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 10/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 12/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 802/787 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 50

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Plantão judiciário – Normas801
- STF: Recurso Extraordinário com agravo – Nova classe processual – Criação.....801
- STF: Recursos Extraordinários e agravos – Aplicabilidade da Lei 13.322/2010 em matéria penal e processual penal800
- TJ-RJ: Processo judicial eletrônico – Trâmite na 2ª instância criminal – Normas.....800
- TJ-SP: Jurisprudência dominante – Súmulas 21 a 25.....800
- TJ-SP: Jurisprudência dominante – Súmulas 26 a 37.....799
- TRF-2ª R.: Competência territorial e em razão da matéria – Alteração da Resolução 24/2010.....799

ATOS DO LEGISLATIVO

- Casamento – Regime de separação de bens – Obrigatoriedade para maiores de 70 anos – Alteração do Código Civil798

DOCTRINAS

- Sucessão de franquia: quem deve assumir a empresa na falta do sócio operador? – Marina Nascimbem Bechtejew Richter798
- A necessária avaliação imobiliária contemporânea nos processos judiciais – Jaques Bushatsky797
- Execução-penal cárcere-temerária – Roger Spode Brutti.....795

ESTUDO DE CASOS

- Abertura de conta-corrente – Uso de documentação falsa – Inexigibilidade do débito.....793
- Atleta profissional – Jogador de futebol – Rescisão – Cláusula penal791

NOTICIÁRIO

- Destaques.....788
- Acesso à Justiça: UPPs no Rio de Janeiro terão Juizado Especial
- Alimentos: STJ decide sobre fixação de valor inferior aos provisórios
- Alteração do CPC: nova Lei do agravo está em vigor
- Baíômetro: embriaguez pode ser constatada sem equipamento
- Pré-contrato: desistência de empresa pode gerar condenação
- Violação de prerrogativas: OAB poderá propor ação penal
- Projetos de lei787
- Ampliação de competência da Justiça do Trabalho
- Mais um tipo de empresa individual
- Regulamentação da ortotanásia
- Regulamentação da profissão de fotógrafo
- Regulamentação do teletrabalho

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 6-12 a 10-12-2010.....787

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 10/12/2010 – EXPEDIÇÃO: 12/12/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 800/785 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 50

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação possessória

♦ Na condição de compossuidores de parte indivisa, os herdeiros podem defender qualquer bem do monte, mesmo que não sejam inventariantes.

Execução

♦ Considerando que a penhora sob faturamento se aproxima da penhora em dinheiro, é prejudicial ao credor a substituição da primeira pela fiança bancária.

CIVIL E COMERCIAL

Alienação fiduciária

♦ É inaceitável que a notificação para constituir o consumidor em mora seja realizada por cartório alheio aos limites geográficos de seu domicílio.

Contrato bancário

♦ Não é abusiva a cláusula contratual que prevê o débito em conta corrente do valor referente às parcelas mensais do financiamento.

PENAL E PROCESSO

Apropriação indébita

♦ O crime de apropriação indébita só é punível a título de dolo, ou seja, é necessário o intento de não restituir o bem lícitamente, causando prejuízo a outrem.

Instrução criminal

♦ Para a inquirição de testemunhas exige-se a presença do acusador e do defensor na audiência, e, deste, efetividade, sob pena de ofensa as garantias constitucionais.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acordo judicial

♦ A quitação, quanto ao extinto contrato de trabalho, dada em conciliação homologada judicialmente, tem força de coisa julgada material.

Contrato de experiência

♦ É compatível a estabilidade provisória decorrente de acidente do trabalho nos casos de contrato de experiência.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Ação direta de inconstitucionalidade

♦ O modelo federal de organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas, fixado pela Constituição, é de observância obrigatória pelos Estados.

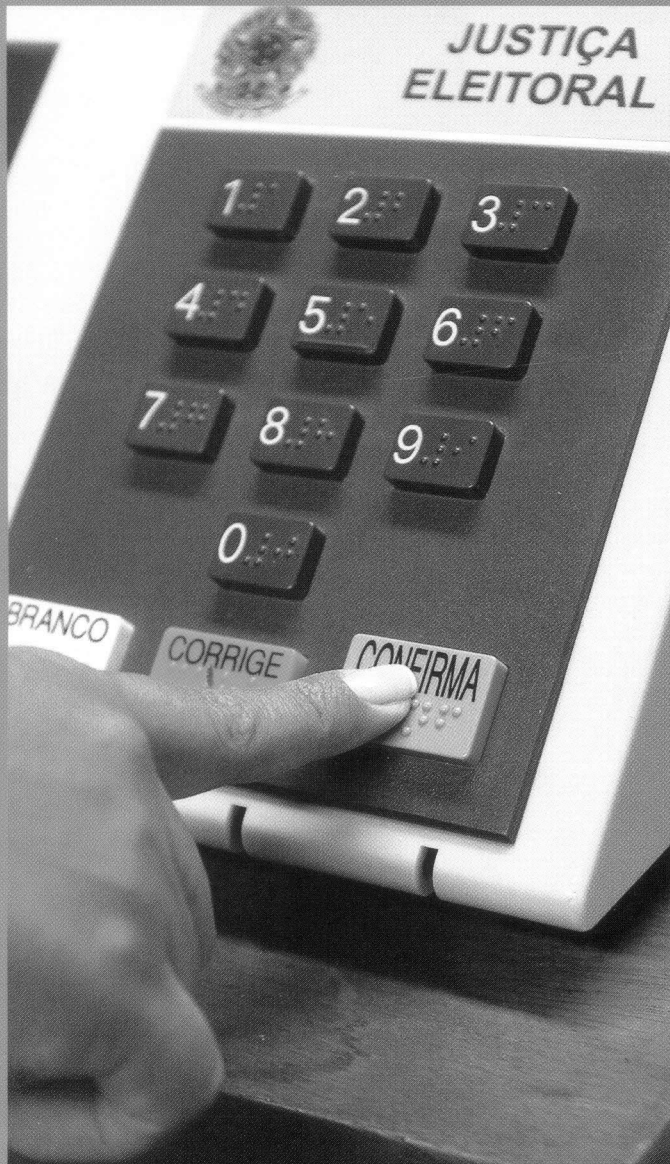
Improbidade administrativa

♦ Não existe norma vigente que desqualifique os agentes políticos, incluindo os magistrados, como parte legítima a figurar no pólo passivo de ações de improbidade.

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

NOVEMBRO/2010



EM FOCO

FIM DAS ELEIÇÕES

A importância da escolha de um sistema eleitoral adequado

Desemprego, crise econômica, direitos trabalhistas e negociação coletiva

Destaques

Estelionato previdenciário
Natureza e prescrição

Relação de consumo
Compra de bens para incrementar negócios da empresa

Liquidação de sentença
Discussão quanto ao recurso cabível em caso de extinção do processo

Ato discriminatório
Dispensa arbitrária de empregado portador de doença grave



REPOSITÓRIO
AUTORIZADO DE
JURISPRUDÊNCIA

Sumário

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais.

É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)

DOCTRINAS

- A distribuição de medicamentos feita por um ativismo judicial às avessas – **Raphael Corrêa** 1
- Dos fatos, atos e negócios jurídicos (notas) – **Nagib Slaibi Filho** 12
- Sistemas eleitorais – **Afonso de Paula Pinheiro Rocha**..... 18

PANORAMA

- **Jurisprudência Comentada**
- Do cabimento do recurso de apelação em sede de liquidação de sentença – **Roberto Kazuo Rigoni Fujita**..... 27
- **Opinião**
- Desemprego, crise econômica, direitos trabalhistas e negociação coletiva – **Igor Almeida Lima** 33

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Estelionato previdenciário – Natureza e prescrição 35
- Princípio da correlação – *Emendatio libelli*..... 37

SÚPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Compra de bens para incrementar negócios da empresa – Relação de consumo..... 42
- Liquidação de sentença – Discussão quanto ao recurso cabível em caso de extinção 43

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Inquérito judicial para apuração de falta grave – Empregada gestante 46
- Dispensa arbitrária de empregado portador de doença grave – Ato discriminatório 47

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO



DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA FINS DE PENSÃO VITALÍCIA (Sérgio Honorato dos Santos e Yaisa A. Honorato dos Santos)	1355
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO ELEITORAL CENSURADA: A LIMITAÇÃO DO ART. 45, INC. III, DA LEI Nº 9.504/97 AO CONTEÚDO CRÍTICO E À PROPAGANDA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES (João Gabriel Lemos Ferreira)	1363
A UTILIZAÇÃO DE CONCEITOS DE DIREITO CRIMINAL PARA A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE (Marcelo Harger)	1373
PLANEJAMENTO, (DES)ESTIMULAÇÃO E MONITORAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA (André Saddy)	1388 -
INALIENABILIDADE DECENÁRIA – Possível Irregularidade na Venda de Imóvel – Não-Ocorrência – Bem Proveniente de Mera Regularização Fundiária, e Não de Reforma Agrária – Inexistência de Afronta ao Art. 189 da CF (Tribunal de Contas da União)	1407
INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS – Emergência ou Urgência – Realização de Investimentos Privados – Posterior Realização de Procedimento Licitatório para Concessão de Arrendamento – Incumbência da Empresa Vencedora em Promover a Indenização dos Valores, Caso a Investidora Não se Sagre Vencedora – Inadmissibilidade (Tribunal de Contas da União)	1413

JURISPRUDÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO – Específica Concorrência – Reserva de Vagas – Cálculo de Acordo com o Número de Turmas do Curso de Formação – Inadmissibilidade – Quantidade Total de Vagas Oferecidas aos Candidatos como Base de Cálculo – Irrelevância das Especificidades do Certame	1417
BENS PÚBLICOS – Lei Distrital – Iniciativa Parlamentar – Autorização para o Governo Firmar Termo de Permissão de Uso dos Estádios de Futebol com Clubes Profissionais – Inconstitucionalidade – Iniciativa de Lei Privativa do Executivo	1423

CONCURSO PÚBLICO – Provimento de Vagas do Cargo de Juiz Substituto – Edital – Imposição de Limite Máximo Etário – Cinquenta Anos – Impossibilidade – Afronta aos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade e da Isonomia	1432
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Prisão Injusta – Danos Morais – Nexo Causal Caracterizado – Indenização Devida	1448
PATRIMÔNIO CULTURAL E CIENTÍFICO – Museu de Biologia – Aves Taxidermizadas – Cessão por Empréstimo a Funcionário do Museu Nacional – Acervo nos Cofres de Universidade Federal – Dúvida Quanto à Propriedade que Não Admite a Retenção, <i>Sponte Propria</i> , do Material – Determinação da Restituição, sob Pena de Multa	1452
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Indústria e Comércio de Colchões, Espumas e Outros Artigos – Necessidade de Registro da Empresa e de Profissional da Área de Química para Atuar como Responsável Técnico	1457

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Revista

BRASILEIRA DE **Ciências Criminais**

Ano 18 • n. 87 • nov.-dez. / 2010

Coordenação

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do



I. DIREITO PENAL

1. Sobre o sentido da delimitação entre injusto e culpa no direito penal
BRUNO MOURA 7
2. Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta
CEZAR ROBERTO BITENCOURT 38
3. La “emancipación” del delito de blanqueo de capitales en el derecho penal español
IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E EDUARDO A. FABIÁN CAPARRÓS 57
4. Posse de droga, privacidade, autonomia: reflexões a partir da decisão do Tribunal Constitucional argentino sobre a inconstitucionalidade do tipo penal de posse de droga com a finalidade de próprio consumo
LUÍS GRECO 84
5. Uma teoria social do bem jurídico
ROLAND HEFENDEHL 103
6. Princípio da consunção: fundamentos e critérios de aplicação
ULYSSES GOMES BEZERRA 121
7. Acerca de la concepción de la prevención criminal de Cesare Beccaria
URS KINDHÄUSER 150

II. PROCESSO PENAL

1. Nulidade na oitiva de testemunhas por uma interpretação conforme do art. 212 do CPP
FELIPE DANIEL AMORIM MACHADO..... 165
2. “Agente infiltrado” – estudo comparativo dos sistemas processuais penais português e brasileiro (ou a imprescindibilidade da tipicidade processual como requisito da admissibilidade dos meios de pesquisa de prova em processo penal
RENATO STANZIOLA VIEIRA 188

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Democracia na gestão da segurança pública
ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER..... 233
2. Medo, direito penal e controle social: o paradigma da segurança cidadã e a criminalização da pobreza em face do processo de expansão do direito punitivo
ANDRÉ LUÍS CALLEGARI E MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH 277
3. Direito penal secundário, inflação legislativa e *white-collar crimes*
GUILHERME GOUVÊA DE FIGUEIREDO 298
4. Merton com energia, Katz com estrutura: a sociologia do revanchismo e a criminologia da transgressão
JOCK YOUNG 344
5. Mulheres e tráfico de drogas: uma perspectiva de gênero
MARIA PALMA WOLFF E MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES 375

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- AUTORES 397
TEMAS..... 399

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010..... 403

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 405

Revista de DIREITO AMBIENTAL

Ano 15 • n. 60 • out.-dez./ 2010

Publicação oficial do



Fundador

ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN

Coordenadores eméritos

ANTÔNIO HERMAN V. BENJAMIN

ÉDIS MILARÉ

Coordenação

ELADIO LECEY

SÍLVIA CAPPELLI

Repertório de jurisprudência autorizado pelos Tribunais Regionais Federais das 1.^a, 4.^a e 5.^a Regiões.

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Constituição ambiental e sensibilidade ecológica: notas para a reflexão sobre um direito ambiental de segunda geração na jurisprudência brasileira
PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 11
2. O individualismo e seus desdobramentos frente à noção de direito ambiental: reflexões acerca da visão antropocêntrica das decisões e os reflexos no meio ambiente
GUSTAVO DA SILVA SANTANNA E HAIDE MARIA HUPFFER..... 42
3. O tratamento jurídico internacional do desmatamento: propostas para uma convenção internacional para o combate ao desmatamento
JOÃO MÚCIO AMADO MENDES, LIA HELENA MONTEIRO DE LIMA DEMANGE, MARINA MONNÉ DE OLIVEIRA, MATHEUS HENRIQUE DE PAIVA CARVALHO E YURI RUGAI MARINHO 67
4. O direito à moradia e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – Ocupação de áreas protegidas: conflito entre direitos fundamentais?
ALEX FERNANDES SANTIAGO 94
5. Reserva legal: fundamento constitucional e políticas públicas
YURI LOPES DE MELLO..... 123

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. O ambiente no Tratado de Lisboa: uma relação sustentada
CARLA AMADO GOMES E TIAGO ANTUNES 149

III. MUDANÇAS CLIMÁTICAS

1. La legislación venezolana sobre seguridad alimentaria en relación al cambio climático

ISABEL DE LOS RÍOS 187

IV. JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Áreas de Preservação Permanente urbanas: proteção pra valer

CARLOS TEODORO IRIGARAY 211

V. JURISPRUDÊNCIA

1. SÚMULA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Súmula 467 223

2. ACÓRDÃOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – Pretendida suspensão de liminar e sentença que sustou o prosseguimento de loteamento com arruamentos – Inadmissibilidade – Ausência de grave lesão ao empreendimento quando se busca preservar o meio ambiente – Comprovação de grave e irreparável dano ecológico que impede a continuidade da obra – STJ – *AgRg na Suspensão de Liminar e de Sentença 1.071/SC* – Corte Especial – v.u. – rel. Min. César Asfor Rocha 225

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – Ação civil pública – Demanda interposta por associação de moradores que visa proteger conjunto arquitetônico de danos ambientais – Admissibilidade – Atuação prevista no estatuto da organização que se vincula à manutenção e melhoria da qualidade de vida dos habitantes – Proteção à estética e paisagismo urbano que está inserida nas normas federais ambientais – Inteligência do art. 225 da CF/1988, art. 5.º, V, b, da Lei 7.347/1985 e art. 3.º, III, a e d, da Lei 6.938/1981 – STJ – *REsp 876.931/RJ* – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Mauro Campbell Marques 240

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio ambiente – Preservação de área de vegetação de restinga – Admissibilidade – Comprovação de que a área degradada se classifica como local de preservação permanente e que não se confunde com o acidente geográfico denominado “restinga” – Inteligência do art. 2.º, *f*, da Lei 4.771/1965 – STJ – *REsp* 945.898/SC – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Eliana Calmon* 244

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Dano ambiental – Poluição industrial – Julgamento *extra petita* – Inocorrência – Julgador que, em face da gravidade do evento danoso e da necessidade de recuperação imediata do meio ambiente, determina medida não prevista no pedido inicial – Admissibilidade – Observância ao princípio do poluidor pagador – STJ – *REsp* 967.375/RJ – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Eliana Calmon* 258

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Dano ambiental – Depósito ilegal de lixo ou resíduos no solo – Restauração da área afetada adquirida pelo novo proprietário – Admissibilidade – Obrigação *propter rem* dos proprietários rurais que é transferida ao novo adquirente, ainda que não haja culpa – Responsabilidade objetiva do poluidor que se impõe – Inteligência do art. 225, § 3.º, da CF/1988 e art. 14, § 1.º, da Lei 6.938/1981 – STJ – *REsp* 1.090.968/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. *Luiz Fux*.. 266

ITR – Base de cálculo – Dedução do percentual relativo à área de reserva legal, incluindo sua extensão – Admissibilidade – Finalidade extrafiscal do tributo – Preenchimento dos requisitos legais para aumento do limite mínimo da reserva – Comprovação da função de preservação ambiental da reserva – Inteligência do art. 10, II, *a*, da Lei 9.393/1996 e art. 104, parágrafo único, da Lei 8.171/1991 – STJ – *REsp* 1.158.999/SC – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Eliana Calmon* ... 298

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

MEIO AMBIENTE – Guarda de papagaios em ambiente doméstico – Admissibilidade – Impossibilidade de readaptação ao ambiente silvestre em razão da longa permanência saudável em cativeiro – Inexistência de maus-tratos, comprometimento da espécie e explora-

ção ilegal do comércio – Apreensão que acarreta prejuízo maior aos animais – Aplicação do princípio da razoabilidade – Inteligência do art. 225 da CF/1988 – TRF-5.^a Reg. – *Ap/Reexame Necessário 8349/PB* – 3.^a T. – v.u. – rel. Des. Federal *Geraldo Apoliano*..... 308

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei complementar estadual que estabelece dispensa de elaboração de estudo prévio para licenciamento de destilarias de álcool e usinas de açúcar no Estado – Inadmissibilidade – Afastamento ou flexibilização do exercício do dever de impor sanções administrativas de proteção ambiental que excede os limites legislativos do Estado – Inconstitucionalidade que se impõe – TJMT – *ADIn 8203/2009* – Tribunal Pleno – v.u. – rel. Des. *José Silvério Gomes*... 311

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – Município – Lei local que proíbe edificação de antenas de telefonia na região para prevenir dano ambiental – Admissibilidade – Organização de normas urbanísticas que não invade a competência da União, embora versem sobre matéria federal – TJSC – *AgIn 2009.052310-3* – 3.^a Câm. de Direito Público – v.u. – rel. Des. *Pedro Manoel Abreu*... 325

VI. TRABALHOS FORENSES

1. Mínimo existencial ecológico e proibição de retrocesso em matéria ambiental: considerações sobre a inconstitucionalidade do Código do Meio Ambiente de Santa Catarina
 PATRYCK DE ARAÚJO AYALA 329
2. Necessidade de enquadramento das águas do Ribeirão Pedrinha de acordo com a Res. Conama 357/2005 para concessão de licenciamento ambiental e redução da poluição
 - 2.1 Sentença
 RAIMUNDO NONATO NERIS FERREIRA..... 372
 - 2.2 Contrarrazões de apelação
 LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR 382

3. Dano ambiental e civil decorrente da má edificação de estação de tratamento de esgoto	
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ.....	388

VII. LEGISLAÇÃO

1. Decreto 7.342, de 26 de outubro de 2010.....	393
2. Acordo sobre o Aquífero Guarani	395

ÍNDICE GERAL 2010	403
-------------------------	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	413
----------------------------------------	-----

Revista de
**DIREITO DO
CONSUMIDOR**

Ano 19 • n. 76 • out.-dez. / 2010

Publicação oficial do
BRASILCON
Instituto Brasileiro de Política
e Direito do Consumidor

EDITORIAL	5
IMPACTO INTERNACIONAL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	7
I. DOCTRINA NACIONAL	
1. A proteção dos consumidores hipervulneráveis: os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes ADOLFO MAMORU NISHIYAMA E ROBERTA Densa	13
2. Contratação refletida na sociedade de consumo: o direito de arrependimento como proteção do consentimento do consumidor FERNANDO BÜSCHER VON TESCHENHAUSEN EBERLIN	46
3. Tradições inventadas na sociedade de consumo: crédito consignado e a flexibilização da proteção ao salário ROSÂNGELA LUNARDELLI CAVALLAZZI, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA E CLARISSA COSTA DE LIMA.....	74
4. A responsabilidade civil do transportador na jurisprudência do STF MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO	112
5. Proteção do consumidor e defesa da concorrência: paralelo entre práticas abusivas e infrações contra a ordem econômica ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER	131
6. Nanotecnologias e Código de Defesa do Consumidor: um olhar a partir do princípio da precaução ANDRÉ STRINGHI FLORES, JULIANO DOSSENA JUNIOR E WILSON ENGELMANN	152

7. Contrato de <i>time-sharing</i> : nuances acerca da proteção do consumidor no direito comunitário e no direito brasileiro CRISTIANO HEINECK SCHMITT E FABIANA PIETROS PERES	176
8. Medidas preventivas frente ao superendividamento dos consumidores na União Europeia CLARISSA COSTA DE LIMA	208
9. O contrato de seguro e os direitos do consumidor BRUNO MIRAGEM	239

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Sistemas de fiscalização do mercado e segurança dos produtos de consumo THIERRY BOURGOIGNE	277
2. Direito comunitário europeu do consumo: Estado, problemas atuais, desenvolvimento GILLES PAISANT	299

III. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE CONSUMO – Descaracterização – Contrato de compra e venda – Aquisição de grande quantidade de insumo agrícola para investimento em atividade produtiva – Adquirente que não efetuou compra como destinatário final – Inaplicabilidade da lei consumerista que se evidencia – STJ – REsp 1.016.458/RS – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. *Aldir Passarinho Junior*

319

PRESCRIÇÃO – Inocorrência – Ação de cobrança – Seguro de vida – Indenização – Recusa de ressarcimento após sinistro – Seguradora que, ao não atender solicitação do segurado de enviar apólice de seguro contratado por telefone, dá causa à condição suspensiva do prazo prescricional – Lapsos temporal que é contado a partir da data do recebimento do contrato celebrado requerido pelo segurado e não da recusa da seguradora em pagar a inde-

nização – Inteligência do art. 6.º, III, da Lei 8.078/1990 e art. 199, I, do CC/2002 – STJ – *REsp 1.176.628/RS* – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Nancy Andrighi*..... 322

SEGURO – Veículo automotor – Subtração de automóvel em estacionamento – Direito de regresso da seguradora sub-rogadora contra o estabelecimento comercial – Admissibilidade – Evento previsível e corriqueiro que não exclui a responsabilidade do causador do dano, ainda que indireto – Garantia de integridade do bem depositado que é inerente à própria atividade empresarial – Inteligência do art. 349 do CC/2002 – STJ – *REsp 976.531/SP* – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Nancy Andrighi*..... 330

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

AÇÃO INDENIZATÓRIA – Dano moral – Consumidor – Restrição a crédito, na efetuação de compras em estabelecimentos, devido a inserção de nome em sistema denominado de “SPC Crediscare” – Informações de inadimplência em banco de dados que não são livremente disponibilizadas – Cadastro ilegal que fere direitos à informação e à transparência – Verba devida – Inteligência do art. 5.º, XXXIII, da CF/1988 e art. 43 da Lei 8.078/1990 – TJRS – *ApCiv 70037794252* – 19.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. *Guinther Spode* 335

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PLANO DE SAÚDE – Cláusula contratual – Abusividade – Ocorrência – Restrição de cobertura de cirurgia cardíaca que causa desequilíbrio contratual – Contrato de adesão que deve ser interpretado em favor do consumidor – Nulidade da cláusula e custeamento das despesas médico-hospitalares do segurado que se impõe – Inteligência dos arts. 47, 51, § 1.º, e 54, § 4.º, do CDC – TJSP – *ApCiv 994.06.131329-6* – 1.ª Câm. de Direito Privado – v.u. – rel. *De Santi Ribeiro* .. 343

IV. SENTENÇAS

1. Plano de saúde – Exclusão de cobertura – Nulidade de cláusula – Aplicação do CDC – Lei 9.656/1998 – Princípios da informação, vulnerabilidade e solidariedade – Procedência

DANILO PINHEIRO SPESSOTTO..... 347

2. Embargos de declaração – Ação civil pública – Contradição – Obscuridade – Responsabilidade por vício na construção

ALLAN ENDRY VERAS FERREIRA..... 35

ÍNDICE GERAL 2010 36

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 37

Revista de PROCESSO

Ano 35 • n. 189 • nov. / 2010

Coordenação

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

Publicação oficial do

Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP

Repositório de Jurisprudência autorizado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sob n. 11 (Portaria 8/1990); pelos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS da 1.^a Região (Portaria 2, de 06.06.1992, *DJU* II, de 17.06.1992, p. 17850), da 4.^a Região (Portaria 1, de 20.05.1997, *DJU* II, de 27.05.1997, p. 38103), e da 5.^a Região (*DJU* II, de 15.08.2003, p. 1123); pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Portaria 01955, de 31.10.1997, *DJ* de 24.11.1997), e pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Extrato de Convênio 09/2005).

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Breves considerações sobre a politização do Judiciário e sobre o panorama de aplicação no direito brasileiro – Análise da convergência entre o *civil law* e o *common law* e dos problemas da *padronização decisória*
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, DIERLE NUNES E ALEXANDRE BAHIA 9
2. Flexibilização do binômio “processo tradicional”/ “processo coletivo”: breve análise da presença do indivíduo em processos coletivos
BRUNO SILVEIRA DE OLIVEIRA 53
3. A repercussão geral do recurso extraordinário e a construção do processo civil na era da solidariedade social
LUIS ALBERTO REICHELDT 88
4. Aspectos da prescrição na ação popular e a regra do art. 37, § 5.º, da CF
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, JUSSARA SUZI ASSIS BORGES NASSER FERREIRA E MIRIAM FECCHIO CHUEIRI 101

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Princípios das Leis Processuais
WILHELM VON HUMBOLDT 123

III. DIREITO COMPARADO

1. El proceso monitorio: una visión española y europea de la tutela rápida del crédito
JOAN PICÓ I JUNOY 129

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. A ação civil pública e os direitos das pessoas com deficiência
FERNANDA PENTEADO BALERA 161
2. XXII Jornadas Ibero-americanas de Direito Processual
GLAUCO GUMERATO RAMOS..... 180

V. ATUALIDADES INTERNACIONAIS

1. Per un nuovo Codice di Procedura Civile – Libro Secondo
ANDREA PROTO PISANI 193
2. Novedades procesales – La tutela de evidencia
JORGE W. PEYRANO 266

VI. TEMAS RELEVANTES VISTOS PELOS TRIBUNAIS

1. Benefício da justiça gratuita às pessoas jurídicas: o entendimento (agora) unitário do STF e do STJ
TICIANO ALVES E SILVA..... 271

VII. CONFERÊNCIAS

1. Recursos como uma forma de fazer “render” o processo no Projeto 166/2010
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 275

VIII. ESTUDO DE CASO

1. Legitimidade de associação na fase de liquidação de sentença de direitos individuais homogêneos com inversão do ônus da prova: estudo de caso
EDUARDO SADALLA BUCCI..... 285

IX. PARECERES

1. Redirecionamento da execução: título executivo adequado para que o advogado exija sucumbência de seu cliente
ROGERIO LICASTRO TORRES DE MELLO..... 317

X. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. A unidade procedimental no processo de conhecimento
JÔNATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA..... 335

XI. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ocorrência – Ação civil pública – Ministério Público – Impugnação de majoração abusiva de tarifa de transporte público – Proteção dos direitos difusos e coletivos constitucionais que é atribuição do *Parquet* – Inteligência dos arts. 127, *caput*, e 129, III, da CF/1988 – STF – *RE 228.177/MG* – 2.^a T. – v.u. – rel. Min. *Gilmar Mendes* ... 363

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO REGIMENTAL – Prejudicialidade – Ocorrência – Interposição contra decisão que extinguiu medida cautelar – Medida acautelatória, visando atribuir efeito suspensivo a recurso ordinário em mandado de segurança, que perde seu objeto com o julgamento definitivo de agravo de instrumento – Extinção do processo que se impõe – STJ – *AgRg na MC 14.193/PR* – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. *Sidnei Beneti* ... 378

AÇÃO REIVINDICATÓRIA – Imissão na posse – Benefícios úteis e necessárias – Indenização – Admissibilidade – Ocupação de terreno, sem oposição do poder público, que redunde em posse de boa-fé – Ausência de justo título, ademais, que não implica, necessariamente, má-fé do adquirente – Verba devida – Inteligência dos arts. 1.201 e 1.219 do CC/2002 – STJ – *REsp 855.040/DF* – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. *Sidnei Beneti* 380

LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – Ocorrência – Ação civil pública – União Federal – Medida que visa à reparação de rodovias federais – Manutenção e conservação das referidas vias que depende de va-

lores provenientes do Orçamento Anual da União. INTERESSE DE AGIR – Ocorrência – Ação civil pública – Ministério Público – Medida oposta a União que visa manter e conservar rodovia federal – Via totalmente recuperada – Irrelevância – Lide que não se restringe apenas a restauração de rodovia, mas a permanente manutenção de sua trafegabilidade – STJ – *REsp* 959.395/RS – 2.^a T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin*. 384

XII. RESENHAS

1. *Repercussão geral da questão constitucional no processo civil brasileiro*, de Gláucia Mara Coelho – resenha por
HELENA NAJJAR ABDO 393
2. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*, de Flávio Luiz Yarshell – resenha por
MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO..... 397
3. *Direito processual civil europeu contemporâneo*, de José Rogério Cruz e Tucci (coord.) – resenha por
MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONICIO..... 400

XIII. RESUMOS 403

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 409

CONSELHEIROS HOMENAGEADOS..... 414

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 415

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 901 • novembro 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

El Derecho de Asociación en el contexto del Consejo de Europa M ^a . ASCENSIÓN MARTÍN HUERTAS	9
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

SEGUNDA SEÇÃO

Direito fundamental ao ambiente, mínimo existencial ecológico e proibição de retrocesso na ordem constitucional brasileira PATRYCK DE ARAÚJO AYALA	29
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

TERCEIRA SEÇÃO

A incidência de um sistema jurídico para o alcance da justiça HAMILTON DA CUNHA IRIBURE JÚNIOR	65
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

PARECER CIVIL

O novo Supremo Tribunal Federal ARNOLDO WALD	85
-------------------------------------------------------	----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS CIVIS

1. Jurisprudência Seleccionada.....	103
-------------------------------------	-----

JURISPRUDÊNCIA GERAL CIVIL

1. Supremo Tribunal Federal	105
2. Superior Tribunal de Justiça	146
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	198
4. Justiça dos Estados.....	233
Tribunal de Justiça do Acre.....	233
Tribunal de Justiça de Alagoas	236
Tribunal de Justiça do Amapá	241
Tribunal de Justiça da Bahia	248
Tribunal de Justiça do Ceará.....	254
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	258
Tribunal de Justiça de Goiás	263
Tribunal de Justiça do Maranhão	268
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	273
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	276
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	282
Tribunal de Justiça do Pará	289
Tribunal de Justiça do Paraná.....	295
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	304
Tribunal de Justiça do Piauí.....	308
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	312
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	317
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	321
Tribunal de Justiça de Roraima	325
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	328
5. Tribunais Regionais Federais.....	335
1.ª Região.....	335
2.ª Região.....	342
4.ª Região.....	349
5.ª Região.....	359

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

O assédio moral no trabalho e a tutela penal da integridade moral GISELE MENDES DE CARVALHO.....	369
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

SEGUNDA SEÇÃO

Crime organizado e o problema da definição jurídica de organização criminosa ARTHUR PINTO DE LEMOS JUNIOR	427
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

TERCEIRA SEÇÃO

Considerações críticas acerca do valor do depoimento de agente policial no processo penal SILAS SILVA SANTOS E JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA NETO	449
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

1. Supremo Tribunal Federal	487
1. Superior Tribunal de Justiça	540
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	604
4. Justiça dos Estados	630
Tribunal de Justiça do Acre	630
Tribunal de Justiça do Amapá	633
Tribunal de Justiça da Bahia	639

Tribunal de Justiça do Ceará.....	644
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	648
Tribunal de Justiça de Goiás	650
Tribunal de Justiça do Maranhão	654
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	658
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	663
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	666
Tribunal de Justiça do Pará	676
Tribunal de Justiça do Paraná.....	681
Tribunal de Justiça do Piauí	689
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	692
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	694
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	701
Tribunal de Justiça de Roraima	706
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	709
5. Tribunais Regionais Federais.....	713
1.ª Região.....	713
2.ª Região.....	733
4.ª Região.....	742
5.ª Região.....	748
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo	757

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	763
Matéria Penal	783
Normas de publicação para os autores	799

REVISTA JURÍDICA
da Seção Judiciária
de Pernambuco

Número 2
2009

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Diretor do Conselho Editorial13

ARTIGOS

A OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA COMO CAUSA DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO E NO DIREITO INTERNACIONAL PENAL

Alexandre Luiz Pereira da Silva.....15

EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS

Bruno Cesar Bandeira Apolinário.....47

A PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA NO CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS DAS AUTORIDADES MILITARES

Cesar Richa Teixeira Ananias64

TUTELA PENAL COLETIVA E CRIME ORGANIZADO

Diego Fajardo Leão de Souza.....85

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIREITO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO: UM ESTUDO SEGUNDO O DIREITO INTERNACIONAL

Eugênia Cristina Nilsen Ribeiro Barza.....111

FILA DE BANCO E DANO MORAL

Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza131

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM MATÉRIA AMBIENTAL

Joana Carolina Lins Pereira147

O “MITO DE PROCUSTO” E A EFETIVIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DO RECIFE: O PROBLEMA DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS

DA TUTELA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Leonio José Alves da Silva.....159

SENTEÇA PRIMA FACIE NOS JUIZADOS FEDERAIS: UMA QUESTÃO DE AGILIZAÇÃO PROCESSUAL

Marcos Antonio Ferreira Lima.....185

O ESTADO DE NECESSIDADE E A INEXIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO FUNDAMENTOS DE DEFESA NO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

Maria Verônica Amorim de Brito.....207

DO DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO DENTRO DAS VAGAS PREVISTAS NO EDITAL

Paulo Alexandre da Silva231

A LEI MARIA DA PENHA E A AÇÃO PENAL NO CASO DE LESÃO CORPORAL LEVE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR CONTRA A MULHER

Rafael Cavalcanti Lemos269

DESCARTE DE PROCESSOS FINDOS: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO CAPITAL SOCIAL COMO FORMA DE DIFUNDIR A RELEVÂNCIA DO ARQUIVO - UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Tania Campinho281

O ASSALTO COLETIVISTA ÀS INSTITUIÇÕES DO DIREITO PRIVADO E A AMEAÇA À AUTONOMIA DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA

Vandir Pereira de Souza.....311

MEMÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL

DECRETO Nº. 848/1890

Exposição de Motivos.....323

ISSN 1984-512X

REVISTA JURÍDICA
da Seção Judiciária
de Pernambuco

Número 3
2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Diretora do Foro 13

ARTIGOS

OS DELITOS INFORMÁTICOS E A COMPETÊNCIA EM MATÉRIA PENAL

Allan Endry Veras Ferreira 15

A RECORRIBILIDADE DA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTE NOS LITÍGIOS AMBIENTAIS

Alexandre Henrique Tavares Saldanha..... 29

A EVOLUÇÃO DO DIREITO E A TUTELA DE URGÊNCIA

Arruda Alvim 45

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO

Francisco Glauber Pessoa Alves 73

CONSORCIO PÚBLICO: AUSÊNCIA DE LEGITIMAÇÃO PARA PLEITEAR EM NOME PRÓPRIO DIREITO DOS ENTES CONSORCIADOS

Gabriel Queiroz Neto 86

ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E EVOLUÇÃO DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Humberto João Carneiro Filho 98

O “ESTADO DA CRISE”

Luciana de Medeiros Fernandes 120

ANOTAÇÕES ACERCA DA DENÚNCIA GENÉRICA NOS CRIMES SOCIETÁRIOS

Lucas Santos Jatobá..... 171

APRIMORANDO AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA JFPE ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DA CONTROLADORIA <i>Nathiene Alencar e Tania Campinho</i>	197
A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA <i>Sandra Figueira Pontual</i>	219
A INTERVENÇÃO JUDICIAL E O CUMPRIMENTO DA TUTELA ESPECÍFICA <i>Sérgio Cruz Arenhart</i>	261
RENÚNCIA FISCAL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AÇÃO CIVIL PÚBLICA <i>Tércio Sampaio Ferraz Júnior</i>	277
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E EFETIVIDADE DO PROCESSO CIVIL <i>Vallisney de Souza Oliveira</i>	286

Revista SÍNTESE

DIREITO DE FAMÍLIA

Ano XII — nº 62 — Out-Nov 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça — Nº 46/2000

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITOR

Simone Costa Saletti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Villaça Azevedo, João Baptista Villela, Priscila M. P. Correa da Fonseca,
Sergio Matheus Garcez, Sergio Resende de Barros

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alessandra Cristina Furlan, Ana Maria Frota Velly, Ana Surany Martins Costa,
Andrea Almeida Campos, Daniela Braga Paiano, Douglas Phillips Freitas,
Jesualdo Almeida Júnior, José Carlos Teixeira Giorgis, José Conrado Kurtz de Souza,
Luiz Carlos Furquim Vieira Segundo, Marcos Duarte, Paulo de Tarso Duarte Menezes,
Simone Costa Saletti Oliveira

Assunto Especial**ALIENAÇÃO PARENTAL****DOCTRINAS**

1. Comentários à Lei da Alienação Parental – Lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010
Jesualdo Almeida Júnior7
2. Reflexos da Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010)
Douglas Phillips Freitas 18
3. A Síndrome de Alienação Parental: uma Visão Jurídica e Psicológica
Ana Maria Frota Velly23
4. Alienação Parental: Comentários Iniciais à Lei nº 12.318/2010
Marcos Duarte40
5. Quero Te Amar, Mas Não Devo: a Síndrome da Alienação Parental Como Elemento Fomentador das Famílias Compostas por Crianças Órfãs de Pais Vivos
Ana Surany Martins Costa53

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ) 82

EM POUCAS PALAVRAS

1. Síndrome da Alienação Parental: o *Bullying* nas Relações Familiares
Luiz Carlos Furquim Vieira Segundo99

ACONTECE

1. Lei sobre a Alienação Parental
Simone Costa Saletti Oliveira 101

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. Nova Lei de Adoção: Principais Alterações
Alessandra Cristina Furlan e Daniela Braga Paiano 104
2. Os Arranjos Plurais e Seus Efeitos Jurídicos
José Carlos Teixeira Giorgis..... 121
3. Execução de Alimentos – Expropriação e Meio Coercitivo da Prisão Civil – Questões Atuais
Paulo de Tarso Duarte Menezes..... 132
4. O Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo – Uma Abordagem Atual e Desideologizada
José Conrado Kurtz de Souza 141

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça	155
2. Superior Tribunal de Justiça	160
3. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.....	166
4. Tribunal de Justiça de Minas Gerais	173
5. Tribunal de Justiça do Paraná.....	176
6. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	181
7. Tribunal de Justiça de São Paulo	185

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência.....	187
-------------------------------------	-----

Seção Especial

ESTUDOS JURÍDICOS

1. A Mulher sob o Casamento: Fidelidade e Débito Conjugal – Uma Abordagem Jus-histórica Andrea Almeida Campos	216
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Clipping Jurídico	241
--------------------------------	------------

Resenha Legislativa.....	243
---------------------------------	------------

Bibliografia Complementar	244
----------------------------------------	------------

Índice Alfabético e Remissivo	245
--------------------------------------------	------------

Normas Editoriais para Envio de Artigos	248
------------------------------------------------------	------------

Revista

TRIBUTÁRIA e de finanças públicas

Ano 18 • n. 95 • nov.-dez. / 2010

Coordenação-geral

EDVALDO PEREIRA DE BRITO

Coordenação de Jurisprudência

MARCELO CAMPOS

Publicação oficial da

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT

Repertório autorizado de Jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, sob o n. 33/01, de 13.11.2001, e pelo Superior Tribunal de Justiça, Portaria 6, de 11.06.2001 (*DJU* 19.06.2001), pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Portaria COJUD 2, de 21.03.2003 (*DJU* 25.03.2003), Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Portaria 311, de 15.12.1998, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Portaria 1, de 24.02.2003 (*DJU* 20.03.2003), e pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Despacho de 07.08.2003 (*DJU* 15.08.2003).

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A Secretaria da Receita Federal e o sigilo fiscal
ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES..... 9
2. Mudanças jurisprudenciais e segurança jurídica: análise crítica a partir do caso Cofins para sociedades profissionais regulamentadas
ARIANE PATRÍCIA GONÇALVES 29
3. Apresentação de novas razões de defesa no processo administrativo fiscal
CÉLIO ARMANDO JANCZESKI 51
4. As razões da Lei de Responsabilidade Fiscal
CELSE DE BARROS CORREIA NETO..... 63
5. O polêmico ICMS na importação. Outros pontos relevantes
EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL 95
6. O princípio da legalidade tributária no direito brasileiro e a jurisprudência do STF
FÁBIO PALLARETTI CALCINI 121
7. Compensação tributária no âmbito federal – Natureza jurídica e materialidade
FABRÍCIO COSTA RESENDE DE CAMPOS 139
8. Exigência de taxa como requisito de admissibilidade de impugnação/recurso administrativo tributário
JOSÉ JAYME DE MACÊDO OLIVEIRA 157
9. Questões tributárias concernentes à consolidação do etanol no mercado de *commodities*
LUIZ FELIPE MONTEIRO SEIXAS 169

10. A incidência do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis nas operações imobiliárias de cessão de direito real de uso de superfície
 MARIANA LAURIA BORDIN CAMARGO 183
11. Perspectivas axiológica e finalística do processo administrativo tributário
 RODRIGO DE MORAES PINHEIRO CHAVES 213

II. PARECERES

1. Há ou não nascimento de obrigação tributária, em razão do fechamento de empresa individual, com a transferência dos seus ativos à pessoa física?
 FERNANDO RISTER DE SOUSA LIMA 233
2. Crédito de IPI e saída imune à luz da jurisprudência do STF e do Ato Declaratório Interpretativo SRF 05/2006
 MAUCIR FREGONESI JUNIOR e DIEGO DINIZ RIBEIRO 267

III. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

Supremo Tribunal Federal

ICMS – Importação – Cobrança – Empresa que promove a operação através de filial situada em Unidade Federada com tributação mais favorável – Sujeito ativo da relação tributária que se afere pela localização do destinatário jurídico do bem – Inteligência do art. 155, § 2.º, IX, a, da CF/1988 – STF – *AgRg no AgIn 653.654/RS* – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Joaquim Barbosa*..... 289

Superior Tribunal de Justiça

ICMS – Substituição tributária para frente – Venda com valor inferior àquele previsto de maneira presumida – Restituição do imposto recolhido antecipadamente – Admissibilidade – Ressarcimento, todavia, que só pode ser pleiteado aos Estados não signatários de procedimento diverso e em observância à legislação local, se houver – Inaplicabilidade, na hipótese, do entendimento firmado pelo STF na ADIn 1.851/AL – STJ – *REsp 900.315/SP* – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. *Teori Albino Zavascki*. 294

PRESCRIÇÃO – Inocorrência – Execução fiscal – Despacho ordinatório de citação – Ato ocorrido antes da vigência da LC 118/2005 – Hipótese que não gera in-

terrupção do lapso prescricional – Comprovação, no entanto, de que houve demora em cientificar o executado sem qualquer desídia da Fazenda Pública – Aplicação do art. 8.º, § 2.º, da Lei 6.830/1980, que se impõe – STJ – *AgRg no REsp 1.199.400/RJ* – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. *Benedito Gonçalves*..... 299

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

ICMS – Exportação – Isenção heterônoma – Admissibilidade – Serviço de transporte de mercadorias destinadas ao exterior – Benefício, por força de lei complementar, que abrange todas as pessoas que tornaram possíveis as operações nela referidas – Inteligência do art. 155, § 2.º, XII, e, da CF/1988 e do art. 3.º, II, da LC 87/1996 – TJMS – *AgRg na ApCiv 2008.015168-6/0001.00* – 1.ª T. Civ. – v.u. – rel. Des. *Joenildo de Souza Chaves*..... 305

EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – Extinção sem julgamento do mérito – Ocorrência – Comprovação da notificação do lançamento, ao contribuinte, que não se evidencia – Municipalidade, ademais, que não cobrou amigavelmente o débito, descumprindo lei municipal – Ciência do sujeito passivo que é imprescindível para que o título executivo seja exigível – TJMS – *ApCiv 2010.027299-4/0001-00* – 3.ª T. Civ. – v.u. – rel. Des. *Rubens Bergonzi Bossay* 309

Tribunal de Justiça de Pernambuco

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Ação anulatória – Suspensão de exigibilidade do tributo mediante liminar – Admissibilidade – Contribuinte que recebe notificação de débito fiscal, inscrito em dívida ativa, sem prévio procedimento administrativo – Constituição do crédito tributário que deve observar o contraditório e a ampla defesa e que é de competência privativa da autoridade administrativa – Inteligência do art. 5.º, LIV e LV da CF/1988 e dos arts. 142 e 151, V, do CTN – TJPE – *AgIn 0199028-3* – 8.ª Câmara Civ. – v.u. – rel. Des. *Francisco Bandeira de Mello* 315

CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Sonegação fiscal – Absolvição – Ocorrência – Negativa de fornecimento de documento obrigatório – Delito de resultado que exige efetiva lesão ao Fisco para sua consumação – Ausência do procedimento administrativo, tendente a constituir possível crédito tributário, que impede a veri-

ficação de materialidade do crime – Inteligência do art. 1.º, V, da Lei 8.137/1990, do art. 386, VI, do CPP e da Súmula vinculante 24 do STF – TJPE – *ApCrim 211.531-1* – 2.ª Câm. Crim. – v.u. – rel. Des. *Helena Caúla Reis* 319

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – Execução fiscal – Redirecionamento do feito executivo para sócio-gerente da empresa executada – Inadmissibilidade – Responsabilidade que é subjetiva, na hipótese – Inexistência de comprovação, pela Fazenda Pública, quanto ao administrador ter agido com excesso de poderes, ou infração de contrato social ou estatutos – Inteligência do art. 135 do CTN – TJRS – *EI 70028558955* – 1.º Grupo Cível – m.v. – rel. Des. *Arno Werlang* 332

2. REPERCUSSÃO GERAL

Supremo Tribunal Federal

REPERCUSSÃO GERAL – Ocorrência – ISS – Contrato de franquia – Incidência embasada por legislação infraconstitucional – Qualificação, entretanto, da referida atividade como serviço, sem ostentar essa categoria jurídica, que implica violação à matriz constitucional do imposto – Questão de índole constitucional com relevância econômica, política, social e jurídica – STF – *Repercussão Geral no RE 603.136/RJ* – Tribunal Pleno – rel. Min. *Marco Aurélio*..... 336

3. DECISÕES E DESPACHOS

Superior Tribunal de Justiça

TRIBUTO – Serviços hospitalares – IRPJ e CSLL – Base de cálculo reduzida – Art. 15, § 1.º, III, a, da Lei 9.249/1995 – STJ – *EDcl nos EDcl no REsp 980.431/RS* – Decisão monocrática – rel. Min. *Herman Benjamin*.. 341

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

PRECATÓRIO JUDICIAL – Compensação tributária – Art. 78, § 2.º, do ADCT – TJRS – *AgIn 70038969481* – Decisão monocrática – rel. Des. *Rejane Maria Dias de Castro Bins* 349

MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO ... 365

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 367